

O déficit público e suas relações com a dissolução da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas^a

The government deficit and its relations with the dissolution of the Union of Soviet Socialist Republics

Felipe Miguel Savegnago Martins^b 

Universidade Estadual de Campinas, Programa de Pós-Graduação
em Teoria Econômica, Campinas (SP), Brasil

Resumo: Apesar das intenções iniciais do ex-secretário-geral do Partido Comunista da União Soviética (PCUS), Mikhail Gorbachev, em “aperfeiçoar o socialismo soviético”, as medidas político-econômicas de seu período – *perestroika* e *glasnost* – engendraram um complexo de contradições que levaram à desintegração da URSS. Nesse sentido, o objetivo desta pesquisa se refere à análise político-econômica do déficit público soviético dentro desse contexto. As medidas econômicas desconexas, sobretudo da segunda fase da *perestroika* (iniciada em 1988), diminuíram a arrecadação da União e elevaram fortemente a liquidez da economia soviética sem um correspondente aumento na oferta de bens e serviços; ademais, o definhamento da planificação econômica, a destruição da estrutura de comando baseada no Estado-partido e os conflitos políticos envolvendo as repúblicas também foram fundamentais à liquidação do patrimônio da União Soviética. Dessa forma, tais erros de condução liderados por Gorbachev enfraqueceram o controle do governo central sobre as políticas macroeconômicas da União, cimentando espaços para a dissolução do bloco soviético.

Palavras-chave: Déficit público. *Perestroika*. *Glasnost*.

Editor responsável: Marcos Taroco Resende

^a Submissão: 26/07/2025 | Aprovação: 27/10/2025 | DOI: 10.29182/hehe.v28i3.1081

^b felipe.martins.unicamp@gmail.com

O autor declara não haver conflito de interesse.



Esta publicação está licenciada sob os termos
de Creative Commons 4.0 Internacional

Abstract: Despite the initial intentions of former General Secretary of the Communist Party of the Soviet Union (CPSU), Mikhail Gorbachev, to “improve Soviet socialism”, the political-economic measures of his period – *perestroika* and *glasnost* – engendered a complex of contradictions that led to the disintegration of the USSR. In this sense, the objective of this research refers to the political-economic analysis of the Soviet government deficit within this context. The disconnected economic measures, especially in the second phase of *perestroika* (started in 1988), reduced the Union’s revenue and greatly increased the liquidity of the Soviet economy without a corresponding increase in the supply of goods and services; moreover, the withering of economic planning, the destruction of the party-state-based command structure and the political conflicts involving the republics were also fundamental to the liquidation of the Soviet Union’s patrimony. Thus, such misconduct led by Gorbachev weakened the central government’s control over the Union’s macroeconomic policies, paving the way for the dissolution of the USSR.

Keywords: Government deficit. *Perestroika*. *Glasnost*.

JEL: N14. O23. P20.

Introdução

O objetivo fundamental desta pesquisa é analisar as relações político-econômicas do déficit público soviético com a dissolução do bloco em 1991. Não se pretende, neste caso, discorrer acerca das intenções de Mikhail Gorbachev em “aperfeiçoar o socialismo soviético” e a consequente análise de “sucesso” ou “fracasso” do ex-secretário-geral do Partido Comunista da União Soviética (PCUS) na realização dessa tarefa, mas tão somente os desdobramentos sobre as contas públicas das políticas engendradas durante o período e de que forma isso levou ao fim da URSS.

Evidentemente, seria um erro estudar somente as medidas estritamente econômicas – ainda que essa qualificação seja extremamente problemática do ponto de vista prático – porque, como se tratava de uma economia de comando, liderada pela estrutura Estado-partido, as transformações político-institucionais levadas adiante durante a transição das décadas de 1980 e 1990 são fundamentais para compreender a perda do controle das políticas macroeconômicas no âmbito da União.¹ Ademais, não menos relevante, qualquer tipo de gasto governamental envolve disputas políticas dentro do seio do Estado e, no caso soviético, não foi diferente, porque Gorbachev representava de uma forma ou de outra uma espécie de ameaça para a burocracia consolidada ao longo dos tempos – *nomenklatura*.

Para o cumprimento das tarefas da pesquisa, o artigo será dividido em quatro partes, além desta breve introdução e das considerações finais: 1) primeira fase da *perestroika* (1985-1987), em que as medidas adotadas pouco se diferenciavam das implementadas de tempos anteriores, mas que já impactaram as contas públicas soviéticas; 2) segunda fase da *perestroika* (1988-1989), sendo caracterizada por medidas econômicas mais ousadas, pautadas na elevação da liquidez sem um correspondente acréscimo na oferta de bens e serviços – potencialização ainda maior do déficit público soviético –, além das pré-condições para a reintrodução generalizada da propriedade privada; 3) *glasnost*, de maneira a salientar de que forma as transformações político-institucionais levadas à cabo – fim da estrutura Estado-partido –, sobretudo na transição das décadas, resultaram

¹ No transcurso da pesquisa, quando houver somente o termo “União”, este referir-se-à à esfera federal da União Soviética, principalmente para tratar do orçamento fiscal ou dos impasses entre repúblicas soviéticas e União.

na perda do controle das políticas macroeconômicas; 4) por fim, discorrer-se-á acerca da Reforma Pavlov – política econômica baseada no confisco e na liberalização de preços –, do Tratado da União – nova forma proposta de federação, levada à aprovação popular por meio de um referendo e que concederia maiores margens de autonomia às repúblicas – e do golpe de 1991 liderado por Bóris Yéltsin, concretizando assim o fim da URSS meses depois.

1. Os primeiros momentos da *perestroika* (1985-1987)

Ao assumir o comando da União Soviética, Mikhail Gorbachev realizou uma série de críticas acerca da situação socioeconômica soviética, alertando para a necessidade de profundas reformas de maneira a aperfeiçoar o socialismo soviético e engendrar um novo surto de crescimento econômico, haja vista que essas taxas estavam gradualmente decrescendo – culminando em uma situação de estagnação econômica. As primeiras medidas econômicas colocadas em prática formavam um compilado de cinco campanhas (IMF, 1991, p. 19-25), a saber:

1. Reequipamento da indústria soviética: elevar a reciclagem do maquinário soviético, cuja deficiência centrava-se na alta obsolescência ante o paradigma tecnológico de então (Terceira Revolução Industrial);²
2. Reforço do controle de qualidade de bens e serviços: além das óbvias relações com o primeiro item, também se referia à própria institucionalidade da planificação soviética, cuja característica desincentivava a realização de inovações de produto e processo;³
3. Estímulo do fator humano: relacionado com a elevação da proatividade dos cidadãos, tanto no âmbito político quanto no econômico (autogestão das fábricas);
4. Campanha antiálcool: a fim de elevar a disciplina no trabalho – algo já explorado pelo antigo líder Iuri Andropov (1982-

² Compreende os setores industriais da informática, robótica, biotecnologia e eletrônica.

³ Sucintamente, trata-se do alto grau de concentração de decisões, diminuindo a autonomia das empresas. Não menos relevante, o modelo de restrição orçamentária branda (tradução nossa) gerava desperdícios de recursos e “equilibrava” empresas eficientes e ineficientes (Kornai, 1979).

1984) –, além da preocupação em decorrência das mortes relacionadas ao consumo de álcool;

5. Clarificação do papel do setor privado na economia soviética: atuação conjunta com a planificação, cujos objetivos principais estariam nas elevações da eficiência econômica e da alocação de recursos por via do mercado.⁴

Devido à especificidade desta pesquisa, argumentar-se-á somente acerca do primeiro e do quarto ponto, porque se tratam de itens diretamente mais relevantes à compreensão das contas públicas soviéticas.

1.1 Reequipamento da indústria soviética e outros gastos “excepcionais”

Para superar os obstáculos referentes à baixa produtividade do trabalho e ao declínio de longo prazo da taxa de crescimento econômico (Maddison, 2010; Segrillo, 2012), um dos grandes objetivos nos primórdios da *perestroika* era a realização de uma Revolução Científico-Tecnológica – no contexto histórico da Terceira Revolução Industrial –, de modo a modernizar a economia soviética e abrir espaços para uma aceleração econômica (*uskorenie*).

Para isso, Gorbachev propôs a duplicação na taxa de aposentadoria⁵ do capital fixo soviético e um salto na taxa de investimento; o objetivo era que, ao final da década de 1990, a parcela do estoque de capital formada por novas máquinas estivesse entre 33% e 50% do total (CIA, 1986).

⁴ Ressalta-se que, no geral, não há necessariamente uma dicotomia entre empresas estatais e planificação *versus* empresas privadas e mercado, dado que ambos os tipos de propriedade podem estar subscritos nesses sistemas de alocação de recursos. Contudo, no momento histórico inicial da *perestroika*, essa separação era mais evidente e deliberadamente promovida pelo Estado soviético; como se verá mais à frente, durante a segunda fase da *perestroika*, houve uma tentativa de garantir maior autonomia às estatais e, portanto, canalizá-las às funcionalidades dos mecanismos de mercado.

⁵ “Taxa de aposentadoria” está conectada à retirada de máquinas e equipamentos do processo produtivo após a utilização por um determinado intervalo de tempo. Embora o conceito esteja relacionado à depreciação, este se refere ao valor dos ativos.

Tabela 1 – Taxa de crescimento do investimento bruto soviético

1976-1980	1981-1985	1986	1987
3,3	3,5	8,4	5,6

Fonte: IMF (1991, p. 90).

Esse movimento pode ser visto na evolução do indicador referente ao investimento bruto na economia como um todo. Apesar do setor de maquinários não ter conseguido atender satisfatoriamente toda “fome por investimentos”⁶ – levando à queda da taxa de crescimento de investimento bruto em 1987 –, percebe-se a nítida diferença entre os primeiros anos da *perestroika* com as médias referentes aos dois quinquênios anteriores a ela (Tabela 1).

Acontecimentos excepcionais, como o acidente nuclear de Chernobyl (1986) e o terremoto na Armênia (1988), contribuíram para a elevação de gastos entre 1985 e 1988 – as despesas totais do governo saltaram de 49,7% do PIB para 52,5% (Sinelnikov, 1995).

Para compreender a evolução do orçamento da União, não basta somente focar a análise na magnitude dos investimentos, pois a sua composição é fundamental para compreender a estrutura de oferta pretendida pelas lideranças políticas. A institucionalidade específica da planificação soviética, por concentrar a elaboração das metas nos órgãos hierarquicamente superiores, incentivava as unidades produtivas a construírem novas capacidades produtivas em vez de modernizarem as existentes, dado que as empresas funcionavam sob a lógica da restrição orçamentária branda (seção 1) e, como não havia restrições pelo lado da demanda e a planificação postava-se de forma imperativa aos agentes, as empresas optavam por esse modelo de crescimento (Kornai, 1979; Clarke, 2007). Gorbachev queria inverter essa lógica estruturalmente enraizada na planificação soviética, de maneira a produzir um novo modelo de crescimento econômico – intensivo (Aganbeguian, 1987; Gorbachev, 1987)⁷.

⁶ “As máquinas são, por si só, insumos importantes no processo de construção de máquinas, e a capacidade inicial era insuficiente tanto para ampliar ainda mais a capacidade da própria indústria de construção de máquinas quanto para atender, ao mesmo tempo, à crescente demanda por maquinário de outros setores.” (IMF, 1991, p. 21, tradução nossa).

⁷ O modelo de crescimento soviético edificado durante os tempos stalinistas – extensivo – era baseado em acréscimos de recursos naturais e de mobilização de trabalhadores. Enquanto estes eram abundantes, as taxas de crescimento eram elevadas. O modelo intensivo pressupõe a utilização mais

Tabela 2 – Composição dos investimentos estatais em capital na produção, por tipo de projeto (em % do total)

	1980	1985	1986	1987	1988	1989
Reconstrução e reequipamento técnico de empreendimentos ativos	33	38,7	43	43,7	45,7	49,6
Expansão de empreendimentos ativos	29	23,6	20,3	19,2	17,9	16,7
Novas construções	38	36,5	35,1	35,3	34,1	30,6
Projetos individuais de empreendimentos ativos	-	1,2	1,6	1,8	2,3	3,1

Fonte: IMF (1991, p. 92).

Durante a *perestroika*, houve um notável esforço para modernizar os equipamentos, priorizando essa estratégia em substituição à construção de novas capacidades ou à expansão das existentes. Ainda que a internalização das inovações provenientes da Terceira Revolução Industrial fosse fundamental para elevar a produtividade da economia soviética, os planejadores se depararam com alguns percalços:

- no início da década de 1980, antes da *perestroika*, o índice de desemprego era razoavelmente baixo (Lane, 2002, p. 32). Em outras palavras, a União Soviética vivia uma situação de pleno emprego (ou de escassez relativa de trabalhadores);
- todavia, essa escassez era artificial, na medida em que, em termos comparativos, utilizava mais trabalhadores por unidades produtivas em relação às economias estrangeiras.⁸

sistemática de capital, devido à escassez relativa de recursos naturais e trabalhadores, a fim de elevar a produtividade do trabalho e o conteúdo tecnológico da economia como um todo (Clarke, 2010; Mazat, 2013).

⁸ O termo “artificial”, nesse caso, refere-se à subutilização da força de trabalho soviética em relação a outras economias, já que a institucionalidade de uma sociedade socialista está fortemente assentada na promoção do pleno emprego e, pois, não há nada propriamente de “artificial” nesse tipo de realidade: “As fábricas soviéticas utilizam de 30% a 50% mais trabalhadores do que fábricas comparáveis no exterior, e em unidades de manufatura importadas empregam até 1,5 vezes mais operários, 3,5 vezes mais pessoal de engenharia, técnico e administrativo, e 8 vezes mais trabalhadores auxiliares. Pesquisas indicaram que de 15% a 20% da força de trabalho frequentemente é subutilizada devido à má organização.” (Lane, 2002, p. 33, tradução nossa).

Como se verá adiante, essa estratégia se mostrou, pelo menos naquele momento histórico específico e em decorrência das medidas adotadas na segunda fase da *perestroika*, problemática no tocante às relações entre oferta e demanda.

1.2 Campanha antiálcool

As medidas concernentes a essa campanha foram tomadas logo após Gorbachev estar um mês à frente da liderança soviética: “[...] uma redução na produção de álcool e um aumento nos preços⁹ [...]; uma diminuição no número de lojas, cafés e restaurantes autorizados a vender álcool e uma restrição de horário para essas vendas; um aumento na idade mínima para consumo de bebidas alcoólicas; e multas por embriaguez.” (IMF, 1991, p. 21, tradução nossa).

Os objetivos para adotá-la resumiam-se à elevação da disciplina dos trabalhadores e à melhora de alguns indicadores sociais (como a mortalidade de homens adultos) relacionados ao consumo de álcool.¹⁰ Tal esforço foi esboçado durante o curto período de Yuri Andropov (1982-1984) à frente da União Soviética.

Inicialmente, houve uma queda dupla, isto é, do consumo e da venda de bebidas alcóolicas. *A posteriori*, o consumo voltou a crescer ainda que as vendas legais permanecessem em trajetória declinante. De qualquer forma, a grande consequência foi, evidentemente, a queda das receitas referentes às bebidas alcóolicas: o imposto sobre o volume dos negócios (*turnover tax*) caiu de 97,7 bilhões de rublos para 91,5 bilhões entre 1985 e 1986; o imposto referente ao álcool,¹¹ na mesma direção, decresceu de 30,1 bilhões de rublos para 27,2 bilhões (IMF, 1991).

⁹ Os preços aumentaram em 50% entre 1984 e 1987 (IMF, 1991).

¹⁰ Dados relacionados estão presentes em Popov (2014, p. 76-78).

¹¹ O mais importante tipo de imposto sobre o volume dos negócios (IMF, 1991, p. 282).

1.3 Queda das receitas provenientes do petróleo

A União Soviética, durante o período Brejnev (1964-1982), passou por um processo de reprimarização da pauta exportadora¹² – dado o contexto dos choques do petróleo nos anos de 1973 e 1979 –, tornando-se fortemente dependente das divisas provenientes da venda petrolífera.

Não obstante, a URSS, durante a década de 1980, enfrentou um limite físico (Galbraith; Menshikov, 1988; Reynolds, 1998). As jazidas superficiais estavam se esgotando, o que exigiria das autoridades soviéticas esforços para a exploração das reservas profundas. Todavia, enquanto 80% das reservas petrolíferas situavam-se na Sibéria e no Extremo Oriente, 70% dos soviéticos moravam na parte europeia e nos Urais (Rodrigues, 2006). O deslocamento de trabalhadores e maquinários aumentaria os custos de produção, pressionando ainda mais a já estagnada economia soviética, seja via balanço de pagamentos – para ter acesso a máquinas importadas mais modernas¹³ –, seja pelos gastos públicos – para promover esse deslocamento e subsidiar os preços.

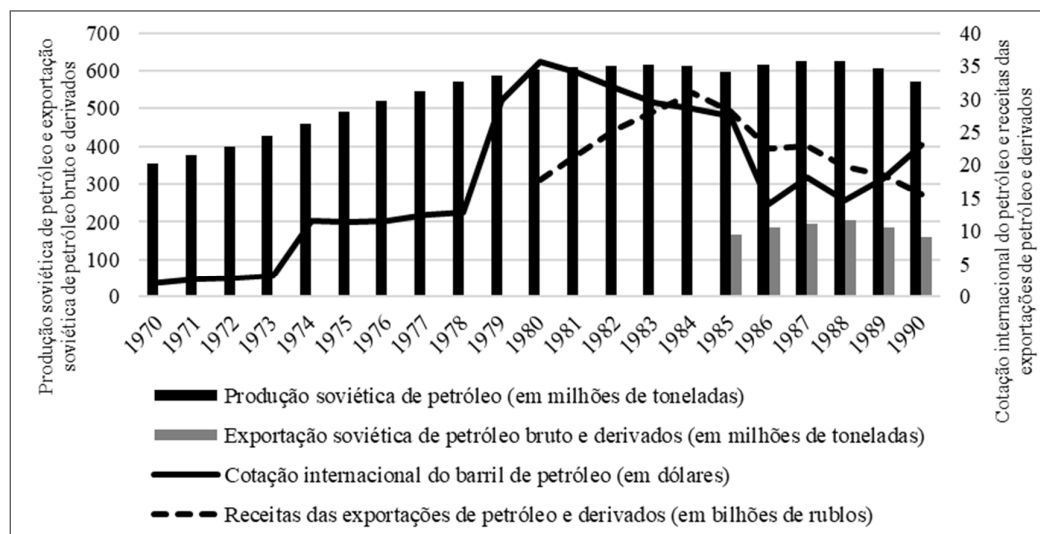
O preço internacional do petróleo, em trajetória decrescente desde 1980 – quando atinge o pico histórico de então –, cai vertiginosamente em 1986,¹⁴ acentuando ainda mais a escassez de divisas e prejudicando a importação de alimentos, bens-salário em geral e tecnologias avançadas, além do próprio financiamento das contas públicas. Mesmo com algum aumento no preço internacional após essa queda abrupta – segunda metade da década de 1980 –, o limite físico impediu, no curto prazo, qualquer possibilidade de ganhos de divisas por parte da União Soviética (Gráfico 1).

¹² “Em 1960, suas grandes exportações eram maquinaria, equipamentos, meios de transporte e metais ou artigos de metal, mas em 1985 dependia basicamente para suas exportações (53%) de energia (isto é, petróleo e gás).” (Hobsbawm, 1994, p. 456-457).

¹³ Sobre isso, em 1982, o presidente estadunidense à época, Ronald Reagan, assinou “[...] a diretiva de segurança nacional NSDD-66, que representava uma declaração de guerra econômica à URSS, acompanhada pelo embargo de equipamentos para a exploração de petróleo e gás, bem como pressão sobre os europeus para que também adotassem o embargo.” (Visentini, 2017, p. 115).

¹⁴ Tal como no caso dos equipamentos relacionados à exploração de petróleo e gás, os Estados Unidos pressionaram a Arábia Saudita a elevar a oferta de petróleo durante o período, impactando diretamente na cotação internacional do produto (Mazat, 2013; Visentini, 2021).

Gráfico 1 – Produção, exportação e cotação internacional do petróleo



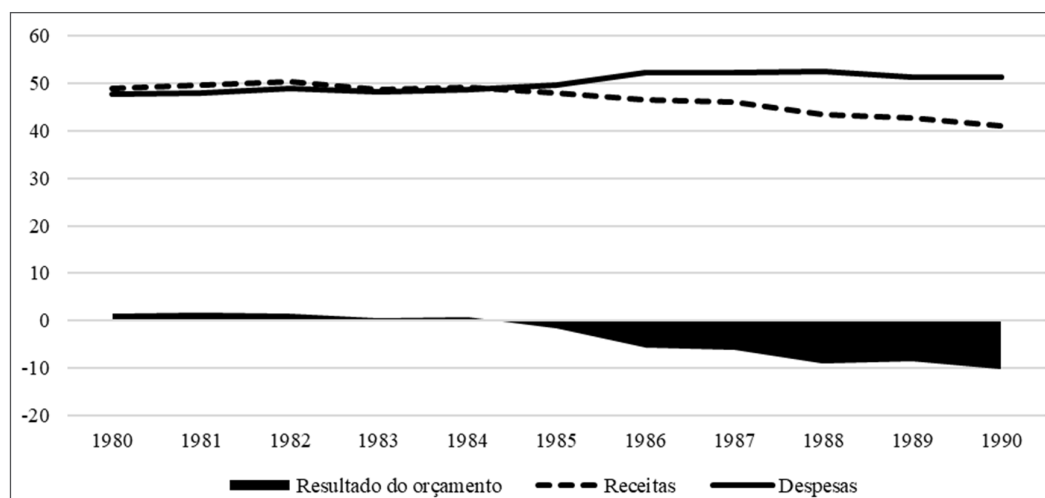
Fonte: para os dados, de produção e exportação, utilizou-se Smith (1993, p. 141) e Krylov, Boksernan, Stavrovsky (1998, p. 78-79); para a série histórica do preço internacional do barril de petróleo, utilizou-se Ipeadata; para os dados de receitas das exportações de petróleo e derivados, consultou-se Sinelnikov (1995, p. 27).

As consequências da primeira fase da *perestroika* levaram, já em 1985, a um déficit orçamentário, atingindo 1987 a magnitude de 6,3% do PIB soviético (Sinelnikov, 1995, p. 19). Ainda que a existência do déficit público não seja um problema em si mesmo – em um sentido inflacionário –, a grande problemática reside no fato de que deve haver uma capacidade de oferta compatível com esta nova demanda.

Ao longo dos anos, a União Soviética supriu a deficiente oferta de alimentos e bens de consumo com as rendas do petróleo – isso gerou desincentivos, dado esse contexto, para a superação dessa dependência com relação ao comércio exterior. Mas, como visto, a queda das receitas de exportação petrolíferas engendrou um complexo problema na oferta de bens e serviços, inclusive dos mais essenciais, prejudicando a satisfação das necessidades humanas e aprofundando os processos de racionamento. Não obstante, o inevitável surgimento de uma pressão inflacionária, sob um contexto histórico de preços rígidos, elevou os gastos com subsídios de preços de bens essenciais, que já eram altos¹⁵ (IMF, 1991).

¹⁵ Segundo Miller (2016, p. 66, tradução nossa), “os subsídios com alimentos eram de longe o maior componente do Estado de bem-estar soviético, superando amplamente os gastos com aposentadorias ou educação [...]”.

**Gráfico 2 – Evolução do orçamento do governo (1980-1987)
em % do PIB**



Fonte: Sinelnikov (1995, p. 19).

Julgando tais medidas econômicas como insuficientes no sentido de engendrar um novo surto de crescimento econômico, Gorbachev, a partir de então, tentou ser mais incisivo nas suas propostas. Tanto Segrillo (2012) quanto Albuquerque (2019) classificam o ano de 1988 como um ponto de virada da *perestroika* e, inevitavelmente, do próprio orçamento da União.

1.4 Política internacional gorbacheviana ante o desmoronamento do bipolarismo

Em poucas palavras, a ordem geopolítica vigente logo após 1945 era caracterizada pelo bipolarismo, em que o mundo era dividido, ainda que de forma desigual,¹⁶ em zonas de influência – blocos capitalista e socialista, liderados pelos Estados Unidos e pela União Soviética, respectivamente. Havia um acordo tácito entre esses dois blocos, cujo conteúdo centrava-se na legitimidade no exercício de sua hegemonia em sua respectiva área, onde um não poderia interferir na esfera de influência do outro (Hobsbawm, 1994, p. 224). Mesmo com as ameaças de uso de armas nucleares entre os países e o surgimento de episódios históricos extremamente tensos ao longo da Guerra Fria – como a Guerra da Coreia (1950-1953)

¹⁶ “Os Estados Unidos eram um Estado que controlava uma vasta periferia, sendo o coração de um sistema mundial, enquanto a União Soviética era um Estado com uma pequena periferia, mantendo apenas um sistema regional.” (Visentini, 2021, p. 125).

e a Crise dos Mísseis (1962) –, o equilíbrio de forças era relativamente estável, cuja situação pode ser caracterizada por *Détente* (distensão).¹⁷

Porém, na transição das décadas de 1970 e 1980, ainda sob a presidência de Jimmy Carter (1977-1981), os Estados Unidos, em consequência do enfraquecimento relativo de sua hegemonia por um conjunto de fatores,¹⁸ lançaram uma ofensiva militar conhecida na historiografia como Nova Guerra Fria (1979-1989) logo após a invasão soviética do Afeganistão, em dezembro de 1979 – país fora do Pacto de Varsóvia (Visentini, 2021).

Estruturalmente, o setor industrial-militar absorvia grande parte dos recursos orçamentários da União Soviética (Rodrigues, 2006).¹⁹ Considerando os problemas concernentes à estagnação econômica e às novas investidas estadunidenses – tanto no plano econômico quanto no armamentista²⁰ –, novos acréscimos dos gastos militares poderiam pressionar ainda mais a já fragilizada economia soviética.

Nessas circunstâncias, Gorbachev tentou emplacar uma nova política internacional baseada no desarmamento, sobretudo para transferir recursos do setor industrial-militar ao civil; todavia, no transcurso de seu mandato, enfrentaria a resistência dos grupos políticos vinculados a esse setor, enraizados nas principais instâncias governamentais, dificultando essas pretendidas mudanças (Miller, 2016). Adicionalmente, os desencadeamentos setoriais da economia soviética eram relativamente frágeis, dado que a indústria da guerra – relativamente desenvolvida – era “voltada para si mesma” (Freeman, 1995; Miller, 2016), tornando o processo

¹⁷ A *Détente* pode ser periodizada entre 1953 (morte de Stalin) e 1979 (invasão da União Soviética do Afeganistão) (Hobsbawm, 1994; Visentini, 2021).

¹⁸ Entre os principais acontecimentos, pode-se citar: o desmoronamento das estruturas econômico-financeiras após 1945 (como o fim do padrão dólar-ouro), a ascensão econômica e regional da Alemanha Ocidental e do Japão, a derrota estadunidense na Guerra do Vietnã, os movimentos de libertação nacional nos continentes africano e asiático – sedimentando espaços para alguma influência da União Soviética –, entre outros (Hobsbawm, 1994; Medeiros, 2008; Mazzucchelli, 2013; Visentini, 2021).

¹⁹ Em termos comparativos, em 1985 – quando Gorbachev assumiu a secretaria-geral do PCUS –, os gastos militares representavam 13% do PIB soviético, ao passo que, nos Estados Unidos, esse número era de 6%; não obstante, as despesas militares soviéticas em termos absolutos eram superiores às dos Estados Unidos, a despeito do menor PIB (Rodrigues, 2006).

²⁰ A título de exemplo, pode-se citar os embargos estadunidenses sobre máquinas e equipamentos de exploração de petróleo e gás (ver acima) e a chamada “Guerra nas Estrelas” (Visentini, 2021).

de realocação de recursos para a indústria civil – bens de consumo, por exemplo – mais penoso.

2. Segunda fase da *perestroika* (1988-1989): deterioração das contas públicas, disputas políticas e perda de controle sobre as políticas macroeconômicas

2.1 A Lei sobre a Empresa Estatal (LEE)

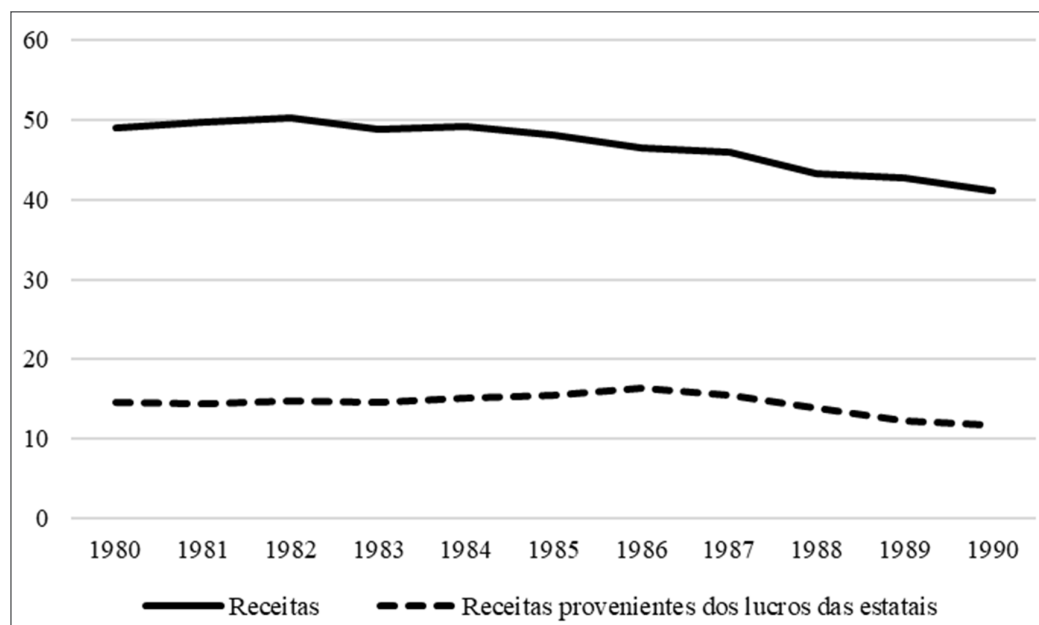
A Lei sobre a Empresa Estatal (LEE), aprovada em julho de 1987 para entrar em vigor no início do ano subsequente, permitiria uma maior margem de retenção de lucros pelas estatais, haja vista que essa legislação estava pautada pelo princípio do autofinanciamento e da autogestão²¹ (Pomeranz, 2018). O objetivo geral por trás dessa medida era permitir aos trabalhadores o uso do excedente econômico das unidades produtivas da maneira como quisessem – para o fundo de salários ou para investimentos, por exemplo –, flexibilizando e descentralizando a planificação econômica, além de criar mecanismos de mercado para auxiliar na alocação dos recursos.

A LEE, cuja pretensão era elevar a autonomia das estatais, não delimitou claramente a institucionalização de um “mercado socialista”, restringindo essas empresas ao cumprimento das ordens da planificação: o mercado atacadista permaneceu predominantemente centralizado, tal como o estabelecimento de preços (Islam, 2011).

Apesar dessas limitações, as estatais puderam se apropriar de uma maior parcela dos lucros, diminuindo a arrecadação da União de maneira relevante.

²¹ O antigo sistema tripartite (gerência compartilhada entre diretor da unidade produtiva, secretaria do PCUS e o líder de um sindicato local) seria substituído por eleições realizadas entre os próprios trabalhadores (Islam, 2011).

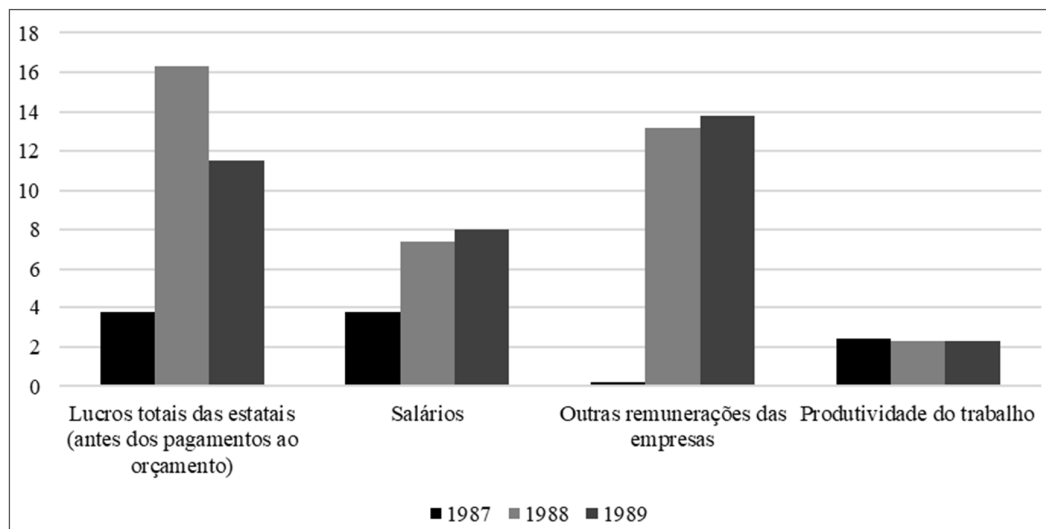
Gráfico 3 – Evolução das receitas orçamentárias totais e as provenientes dos lucros das estatais (em % do PIB)



Fonte: Sinelnikov (1995, p. 19).

Mesmo com uma maior retenção dos lucros, esse mecanismo não significou um aumento substancial na oferta de bens e serviços, tampouco em acréscimos de produtividade. Pelo contrário, essa liquidez extra foi utilizada para elevar as remunerações dos trabalhadores e diretores das estatais. Inevitavelmente, pressões para a liberalização dos preços surgiram e o aprofundamento do racionamento generalizado foi posto em prática, devido à rigidez de preços – ou seja, o Estado soviético via-se forçado a gastar mais recursos em subsídios para cobrir diferenciais de preços.

Gráfico 4 – Taxa de crescimento anual dos lucros brutos totais, salários, outras remunerações e produtividade do trabalho



Fonte: IMF (1991, p. 53, 96 e 100).

Um ponto que merece destaque, ainda que de forma breve, é a questão da estrutura de oferta à época da *perestroika*. Buscou-se uma estratégia de reequipamento da indústria, cujo foco era a reconstrução de unidades produtivas em atividade.²² Ainda que isso fosse extremamente necessário, o problema residia na expansão da liquidez da população soviética como um todo, e, conseqüentemente, a capacidade de oferta – por questões tecnológicas, físicas e de maturação dos investimentos – não conseguiu atender aos novos acréscimos de demanda potencial, aguçando a problemática geral do excesso de liquidez.

2.2 A Lei sobre as Cooperativas (LSC)

Esta lei, que entrou em funcionamento no segundo semestre de 1988, tinha como um dos objetivos fundamentais a atuação de cooperativas em setores cuja estrutura de oferta era deficitária; dessa forma, a sua existência, historicamente agrária, pode se estender para as zonas urbanas. O mínimo estabelecido para designar uma propriedade como cooperativa era de três membros e estes poderiam contratar assalariados, terceirizar

²² A participação de novas construções, em 1985, nos investimentos estatais em capital foi de 36,5%, enquanto a expansão de empreendimentos ativos situava-se em 23,6%. Já a reconstrução e reequipamento técnico de empreendimentos ativos tinha 38,7% de participação. Em 1989, esses dados foram de, respectivamente, 30,6%, 16,7% e 49,6% (IMF, 1991).

serviços, além de realizar emissão de ações e arrendamento de terras (Pomeranz, 2018).

Além de passarem a competir com as empresas estatais, as cooperativas, mediante a LSC, gozavam de uma maior autonomia, sobretudo na definição de preços. Dessa forma, os salários dos cooperados era muito superior aos salários dos trabalhadores das estatais;²³ recorrentemente, tal como era realizado no mercado paralelo, as cooperativas praticavam arbitragem de preços – e, por isso, recorrentemente eram associadas ao crime organizado –, comprando bens de consumo do setor estatal e os vendendo a preços relativamente maiores nos demais “mercados legais” (Roland, 1992, p. 206). Não menos relevante, poderiam realizar transações comerciais internacionais e reterem divisas, além de possuírem a permissão de formar *joint ventures* (Islam, 2011).

O crescimento das cooperativas – que, segundo Pomeranz (2018), constituíram a gênese à introdução da propriedade privada na União Soviética – foi explosivo:

Tabela 3 – Evolução das cooperativas e cooperados após a LSC

	1988	1º abril de 1989	Início de 1991
Cooperativas	19,5 mil	93,3 mil	260 mil
Cooperados	245,7 mil	1,9 milhão	6,2 milhões

Fonte: Lane (2002, p. 39).

Houve alguma resistência por parte dos diretores das estatais e ministérios relacionados por conta da discrepância nas margens de autonomia entre as empresas estatais e as cooperativas, sendo alguns exemplos concretos descritos em IMF (1991). De toda a maneira, é de suma relevância ressaltar que, à medida que as contas da União Soviética tornavam-se crescentemente negativas, os cidadãos e, evidentemente, as empresas soviéticas em geral acumulavam superávits em seus rendimentos. Sob outros termos, houve uma situação de superávit “privado” em razão do déficit público.

²³ Os salários dos cooperados cresceram 530% de 1988 a 1989, elevando a sua participação na renda nacional de 0,6% a 3,4% (IMF, 1991).

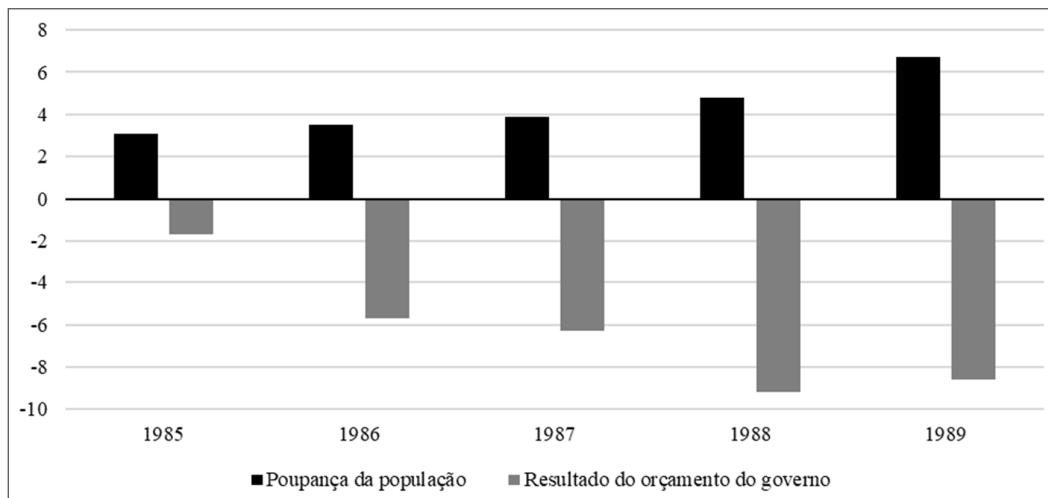
Em decorrência das medidas adotadas sobretudo durante a segunda fase da *perestroika*, a estrutura de planificação se enfraquecia enquanto a autonomia em nível microeconômico se consolidava. Porém, em vez de se organizarem a fim de elevar a satisfação das necessidades dos soviéticos, isto é, criarem uma nova institucionalidade que englobasse as novas relações entre planificação e unidades produtivas mais autônomas, as empresas atuavam quase que exclusivamente de maneira especulativa, cimentando as bases para a transição ao modo de produção capitalista e da própria destruição do planejamento econômico.²⁴

Dada a condição superavitária desses atores – cooperativas e demais empresas –, ao final de 1988, tais entidades passaram a funcionar de maneira semelhante aos bancos comerciais, captando recursos das famílias e concedendo linhas gerais de crédito (IMF, 1991). E, como na segunda fase da *perestroika*, prezava-se pelo princípio do autofinanciamento, a quantidade de crédito estatal à economia se reduziu desde então e, dessa forma, podia-se recorrer a essas empresas para a captação de empréstimos.

Consequentemente, houve um crescimento expressivo do crédito na economia soviética, sendo a taxa média anual para o biênio 1988-1989 de 11,2%, em contraste com a média de 8,7% a.a para o quinquênio 1981-1985 e de 5,2% a.a para o biênio 1986-1987 (IMF, 1991).

²⁴ Os instrumentos de planificação econômica são sistematicamente utilizados, de diversas maneiras, pelos países capitalistas (Mazzucchelli, 2013). Porém, nas chamadas experiências socialistas, esse tipo de sistema era o principal centro de reprodução socioeconômica, ao contrário, em termos relativos, dos primeiros.

Gráfico 5 – Evolução do orçamento do governo e da poupança da população (em % do PIB)



Fonte: IMF (1991, p. 97) e Sinelnikov (1995, p. 19).

Este novo cenário de contraposição entre as contas do setor público e do privado permitiu a elevação da oferta privada de crédito para o governo como forma de financiamento do crescente déficit orçamentário: a taxa anual média de crescimento do crédito bancário total para o governo para os biênios 1986-1987 e 1988-1989 foram, respectivamente, de 30,4% e 39,4%; a título de comparação, para o quinquênio 1981-1985, essa taxa foi de 8,6% (IMF, 1991). Por sua vez, o governo não foi eficiente em captar recursos mediante a emissão de títulos – devido ao baixo desenvolvimento desse tipo de mercado e dos mecanismos de regulação (Hanson, 2014) –, tampouco em diversificar os ativos financeiros para reter o excesso de liquidez, agravando a problemática do déficit público: “O Kremlin também tinha um mercado interno de títulos, mas os cidadãos soviéticos não estavam dispostos a aumentar suas participações nesses títulos devido à crise monetária. Em meados de 1990, o mercado interno de títulos representava apenas 2,5% do crédito doméstico total.” (Miller, 2016, p. 151, tradução nossa). Assim sendo, as famílias aplicavam involuntariamente este “excesso monetário” nas poupanças que, *grosso modo*, possuíam rendimentos reais negativos.

Como o governo soviético, nessa situação, poderia realizar o financiamento do crescente déficit público, ou pelo menos diminuí-lo? A curto prazo, descartava-se a elevação na oferta de bens e serviços – como visto, devido à estratégia perseguida por Gorbachev de reequipamento

em vez de novas construções, impedindo um aumento suficientemente satisfatório, no curto prazo, da capacidade produtiva no país –, e as inovações financeiras – para adaptar o socialismo soviético aos novos tempos, atreladas à redução da liquidez internacional²⁵ – não foram canais suficientemente satisfatórios para a realização dessa tarefa.

Se fosse implementado um corte de subsídios de preços, deixando-os flutuar via mecanismos de mercado, seria uma medida extremamente impopular e conflitaria com as questões acerca das relações entre a planificação econômica e a institucionalização de um “mercado socialista”; inclusive, o próprio Gorbachev sabia dos riscos dessa medida (Miller, 2016). Da mesma forma, caso ocorresse a elevação de impostos,²⁶ ou uma venda maciça dos meios de produção de propriedade estatal e cortes de gastos militares – grupos políticos mais relevantes do governo soviético que, apesar da política externa de paz engendrada por Gorbachev e da consolidação da LSC, permaneciam fortes –, as lideranças sofreriam resistências políticas não triviais, podendo agravar a situação socioeconômica da União Soviética.

A solução com menos consequências políticas graves – dada todas essas particularidades – foi a emissão monetária, apesar dos graves riscos dessa específica medida, ainda mais pelo fato de que, com o surgimento dos bancos comerciais a partir da legalização das cooperativas para esse tipo de serviço, o governo soviético perdia gradualmente o controle da política monetária, pois essas instituições não estavam sob os marcos regulatórios do sistema ainda em gestação.

3. *Glasnost*: o fim do monopólio do Partido Comunista, ascensão dos movimentos separatistas e perda de controle das políticas macroeconômicas

Na transição entre a primeira e a segunda fase da *perestroika*, Gorbachev se esforçou por um maior protagonismo da *glasnost* – abertura – a

²⁵ Ao final da década de 1980, a dívida de curto prazo soviética em moedas conversíveis mais do que dobrou entre 1987 e 1989: houve um crescimento de 8,6 bilhões de dólares para 17,7 bilhões (IMF, 1991).

²⁶ Uma reversão nas políticas de retenção dos lucros poderia minar a credibilidade das políticas econômicas e, inevitavelmente, do próprio governo soviético.

fim de avançar com suas políticas econômicas e edificar um novo modelo socioeconômico de desenvolvimento, já que pensava na indissociabilidade de transformações econômicas e políticas. Um dos primeiros esforços nesse sentido foi a exposição do acidente nuclear em Chernobyl – abril de 1986 –, cujo objetivo-chave era buscar apoio local e internacional.

Com a motivação de atacar a burocracia soviética, que, para Gorbachev, era a maior responsável pela lentidão das reformas econômicas, o secretário-geral à época avançou para além do fomento ao debate²⁷ e à abertura para a mídia ocidental (Visentini, 2017), realizando transformações nas estruturas político-eleitorais – conceitos como “pluralismo socialista” e “Estado de direito socialista” ganharam notoriedade.²⁸

À medida em que as reformas econômicas formavam uma teia de contradições entre si e um novo surto de crescimento econômico não emergia, o PCUS dividiu-se em duas frações (Lane, 2002; Pomeranz, 2018): conservadores – formados pela burocracia soviética, que eram ou relutantes à rápida implementação das políticas gorbachevianas ou até mesmo contrários à *perestroika* – e os liberais – que, em um primeiro momento, almejavam mais rapidez na consolidação dessas políticas e que, como se verá a seguir, passaram a se tornar, em sua maioria, forças políticas declaradamente antissocialistas.

Em um primeiro momento, propôs-se a realização de eleições para o Congresso dos Deputados do Povo (CDP) em 1989, em nível da União, para substituir o antigo Soviet Supremo. A grande diferença do CDP consistia na maior competitividade entre os participantes e na possibilidade de inscrições de candidaturas independentes do PCUS – ainda que se mantivesse, até então, o monopólio partidário na União Soviética.²⁹ Nesta eleição, 88% dos deputados eram do PCUS; todavia, formou-se um grupo claramente oposicionista – inclusive membros do Partido Comunista –, liderados por Bóris Yéltsin (Segrillo, 2012). Muitos desses membros

²⁷ Uma espécie de “revisionismo” foi posta em prática para debater acerca do passado soviético, sobretudo o período stalinista.

²⁸ O “pluralismo socialista” referia-se, principalmente, à diversidade de opiniões, ao debate e aos distintos caminhos a serem trilhados dentro de um contexto de transição socialista. Por sua vez, o “Estado de direito socialista” consistia na criação de instituições independentes do PCUS (Brown, 2007).

²⁹ Os deputados – 2250 ao todo – seriam eleitos, *grosso modo*, em três frentes: votação popular, proporcionalmente a cada república e indiretamente por um conjunto de organizações sociais (Pomeranz, 2018, p. 142).

representavam as Frentes Populares – movimentos que buscavam a soberania ou até mesmo a independência das repúblicas soviéticas ante a União Soviética (Arbex Júnior, 1993).

Nesse momento, abriram-se espaços para o confronto direto contra o Partido Comunista. Podendo a União Soviética ser caracterizada como uma “economia de comando”, os confrontos políticos entre partidários e oposicionistas tiveram reflexos complexos e relevantes na economia soviética: os últimos aproveitaram as reivindicações das repúblicas por maiores margens de autonomia – *a posteriori*, claramente separatistas – e conseguiram canalizar apoios desses movimentos para pressionar Gorbachev na radicalização das políticas econômicas, que, rapidamente, tornaram-se antissocialistas: “A estratégia de Yéltsin tendia a apoiar todos os movimentos nacionalistas das repúblicas e todos os conflitos com o centro, de modo a enfraquecer a posição de Gorbachev e fortalecer o poder da oposição” (Roland, 1993, p. 209, tradução nossa).

Todavia, os momentos-chave para compreender a dissolução da União Soviética centram-se no início de 1990: o fim do monopólio partidário do PCUS, a criação do cargo supranacional de presidente da União Soviética e as eleições, em nível das repúblicas, para o Congresso dos Deputados do Povo, foram fundamentais para o fim do socialismo soviético (Simon, 2010; Pomeranz, 2018).

O PCUS, que historicamente funcionava como a força motriz da sociedade soviética – devido à estrutura de comando pautada no Estado-partido –, era também o grande aglutinador das nacionalidades (Miller, 2016; Visentini, 2021). Intuitivamente, a partir do momento em que houve a abolição do artigo 6º da Constituição da URSS,³⁰ estimulou-se fortemente o avanço dos movimentos separatistas.

³⁰ “A força motriz e orientadora da sociedade soviética e o núcleo de seu sistema político, de todas as organizações estatais e públicas, é o Partido Comunista da União Soviética. O PCUS existe para o povo e serve ao povo.

O Partido Comunista, munido do marxismo-leninismo, determina as perspectivas gerais do desenvolvimento da sociedade e o curso da política interna e externa da URSS, dirige o grande trabalho construtivo do povo soviético e confere um caráter planejado, sistemático e teoricamente fundamentado à sua luta pela vitória do comunismo. Todas as organizações partidárias devem funcionar dentro da estrutura da Constituição da URSS.” (*Constitution [Fundamental Law] of the Union of Soviet Socialist Republics*. Disponível em: <<http://www.departments.bucknell.edu/russian/const/1977toc.html>>. Tradução nossa).

A criação de um cargo supranacional para presidente da URSS, que, em um primeiro momento, seria eleito indiretamente pelo CDP em nível da União, também representaria o esfacelamento da estrutura de comando e da própria aglutinação das repúblicas soviéticas (Simon, 2010; Pomeranz, 2018). Afinal de contas, se o PCUS era o órgão unificador das nacionalidades e o cargo executivo foi criado à parte do partido, logo abriram-se maiores espaços para a desintegração da URSS, haja vista que não mais viam em Gorbachev o seu legítimo representante (Visentini, 2021, p. 112).

Contudo, as eleições do CDP em 1990 consistiram no fator decisivo para a desintegração do bloco soviético. Os opositores venceram nas principais cidades da União Soviética. Assim sendo, com a presidência do CDP da República Russa, a principal da URSS, “[...] e utilizando a retórica nacionalista para unificar diferentes grupos, Yeltsin avançou em direção ao estabelecimento da soberania russa” (Simon, 2010, p. 442, tradução nossa). Todo esse ganho de autonomia político-econômica, evidentemente, não foi exclusivo da Rússia:

Ao longo do período, cada CDP republicano declarou a soberania de sua república e passou a aprovar leis em desacordo com as emanadas do Kremlin (a chamada “guerra de leis”). O objetivo principal era transferir recursos econômicos e capacidade decisória da jurisdição central para a republicana. (Simon, p. 442, tradução nossa)

A apropriação do patrimônio da URSS pelas repúblicas diminuiu substancialmente o repasse de recursos para o financiamento do orçamento da União, acentuando as pressões para a liberalização de preços, que, ainda sob um contexto de rigidez da precificação,³¹ aguçou o racionamento e a escassez de bens e serviços variados. As repúblicas, agora dotadas de autonomia para realizar gastos e emitir crédito, arrasavam com a ideia de uma área monetária comum – baseada no rublo. Ademais, possuíam estímulos a terem orçamentos deficitários, haja vista os riscos de drenagem de recursos daquelas que fossem “fiscalmente responsáveis” (Hanson, 2014). A União, agora sem o controle das políticas macroeconômicas –

³¹ Para um índice de preços (de varejo) igual a 100 para o ano de 1970, tem-se: 1985 = 105; 1986 = 102; 1987 = 101; 1988 = 101; 1989 = 102; 1990 = 105 (Sinelnikov, 1995).

fiscal e monetária –, encontrava-se em uma situação de impotência à realização de quaisquer tipos de medidas, sobretudo as estruturais.

Pela primeira vez, desde 1946, a União Soviética apresentou um crescimento negativo (- 4%) de seu produto material líquido³² (Segrillo, 2012, p. 208) e apresentou déficit governamental de 10,3% do PIB (Sinelnikov, 1995, p. 19).

4. A Reforma Pavlov, o Tratado da União, o fracassado “golpe” de agosto e a dissolução da União Soviética

Em uma tentativa desesperada de manutenção do poder e da legitimidade enquanto presidente da União Soviética, além do controle das políticas macroeconômicas, Gorbachev nomeia Valentin Pavlov, integrante da ala conservadora do PCUS, para ser primeiro-ministro em 14 de janeiro de 1991. Dias antes de assumir esse posto, quando estava no cargo de Ministro das Finanças, Pavlov afirmou que não haveria reforma monetária – os soviéticos, provavelmente, estavam temendo medidas extremamente restritivas, como um confisco, devido à alta liquidez daquele momento (Geohistory, 2014; Kirsanov, 2022).

Todavia, no dia 22 de janeiro de 1991, Gorbachev assinou um decreto que retirava de circulação todas as notas monetárias de 50 e 100 rublos, em circulação desde 1961; dessa forma, os soviéticos teriam apenas três dias para trocá-las por notas menores³³ e poderiam sacar, mensalmente, uma quantia máxima de 500 rublos – congelando o excedente (Cardani, 1991; Promouvelka, 2020; Kirsanov, 2022). Nesse primeiro momento, os preços de atacado poderiam crescer (Cardani, 1991).

Segundo o governo, rublos falsos estavam sendo produzidos em território soviético por agentes estrangeiros, responsabilizados pelo excesso de liquidez existente. Não menos relevante, pretendia-se combater as atividades ilegais e o mercado paralelo (Cardani, 1991). Porém, como visto, o conjunto de medidas adotadas ao longo da *perestroika*, sobretudo em sua segunda fase, elevou as pressões para a flexibilidade na fixação de

³² O cálculo do produto material líquido (PML) exclui os serviços que não estão vinculados à produção de mercadorias.

³³ 1000 rublos, no máximo, poderiam ser trocados por trabalhadores e 200 para pensionistas (Cardani, 1991; Promouvelka, 2020).

preços via correlação de forças entre liquidez exacerbada e insuficiente oferta de bens e serviços. A Reforma Pavlov não conseguiu retirar de circulação o excedente monetário pretendido, ficando muito aquém do planejado (Kirsanov, 2022).

Em abril de 1991, liberou-se a flutuação dos preços de varejo para conter de vez os efeitos perversos do excesso de liquidez – em janeiro, 40% dos preços de atacado foram liberados do controle governamental, além da instauração de um imposto sobre vendas de 5% (Hanson, 2014, p. 232). Todavia, essa medida selou o fim da confiança dos soviéticos sobre o governo: como discutido, a flexibilidade de preços consistia em um elemento extremamente impopular, apesar de todas as implicações macroeconômicas que justificariam a elevação de preços; e, dado o lapso de três meses entre as alterações dos preços de atacado e varejo, o governo foi pressionado a continuar gastando com subsídios, pressionando ainda mais o déficit orçamentário.

Enquanto os preços cresceram, em média, 300%, os salários aumentaram somente entre 20 e 30% (Geohistory, 2014), corroendo o poder de compra dos cidadãos e prejudicando a satisfação das necessidades mais básicas. Como resultado, teve-se para o ano de 1991 uma taxa de inflação mensal de 50% e o déficit governamental situou-se entre 20 e 30% do PIB soviético (Cardani, 1991; Miller, 2016).

Dentro desse contexto histórico de rupturas institucionais e de caos econômico, Gorbachev propôs uma nova relação entre as repúblicas e a União, como forma de recuperar parte da legitimidade e do poder. Em linhas gerais, o Tratado da União garantiria um maior grau de autonomia às repúblicas, concedendo a elas parte do controle do patrimônio econômico da União – dependeria, proporcionalmente, da população de cada república soviética.³⁴

O Tratado da União foi para votação em forma de referendo em março de 1991, mesmo com o boicote de seis repúblicas.³⁵ O “sim” venceu com um pouco mais de 76% (Pomeranz, 2018). Após algumas mudanças

³⁴ Em abril de 1991, criou-se o cargo de presidente da Rússia, para que Gorbachev conseguisse apoio necessário para levar adiante o Tratado. Yéltsin venceu com 57% dos votos (Gorender, 1992; Hobsbawm, 1994; Pomeranz, 2018).

³⁵ Estônia, Letônia, Lituânia, Moldávia, Armênia e Geórgia. Assim mesmo, as demais representavam cerca de 93% da população soviética.

realizadas até julho do mesmo ano, o Tratado seria assinado pelas repúblicas participantes no dia 20 de agosto de 1991. Todavia, um dia antes, burocratas soviéticos do alto escalão e assessores de Gorbachev criaram um Comitê Estatal para o Estado de Emergência (CEEE)³⁶ para evitar o colapso da União Soviética. Bóris Yéltsin, gozando de um mandato popular direto – ao contrário de Gorbachev –, conseguiu desarticular as movimentações dos membros do CEEE, derrotando-os. Dessa forma, além de ignorar o resultado do referendo realizado meses antes, o então presidente da República Russa colocou um ponto final na União Soviética, formalmente dissolvida em 25 de dezembro de 1991 – já que o comando, há algum tempo, havia se perdido –, após a renúncia de Mikhail Gorbachev ao cargo de presidente (Visentini, 2021).

5. Considerações finais

Para compreender a dissolução da União Soviética, evidentemente deve-se analisar minuciosamente os acontecimentos político-econômicos da era Gorbachev, tal como os seus desdobramentos. Neste artigo, pretendeu-se especificamente tratar da questão do déficit público e todas as suas implicações para o fim do bloco soviético em 1991.

As medidas adotadas já na primeira fase da *perestroika* demonstraram alguns problemas no que tange à questão do déficit público. Em primeiro lugar, ainda que a modernização da capacidade produtiva soviética fosse fundamental, causaria duas dificuldades relevantes: a não expansão na oferta de bens e serviços de acordo com os acréscimos de liquidez posteriores e novos gastos com investimentos. Ademais, a campanha antiálcool, em conjunto com a queda das receitas provenientes das exportações de petróleo, prejudicaram a arrecadação aos cofres públicos da URSS. A formação do déficit público sem uma capacidade produtiva compatível com o novo acréscimo de liquidez tornou-se, desde então, um dos grandes problemas econômicos a serem enfrentados.

Pautado pelo discurso da promoção da autogestão das unidades produtivas, o governo Gorbachev lançou a Lei sobre a Empresa Estatal (LEE) e a Lei sobre as Cooperativas (LSC). Ainda que, em conjunto, houvesse contradições na delimitação para atuar em direção à planificação e ao

³⁶ Baseado em um dispositivo legal do próprio governo soviético (Visentini, 2017).

mercado, elas elevaram exponencialmente a liquidez da economia soviética sem que isso se traduzisse em acréscimos de produtividade e, portanto, no nível de oferta de bens e serviços. A diminuição dos repasses ao orçamento se traduziu em mais um pilar de pressão sobre as contas públicas soviéticas.

Sobretudo a LSC, cujas margens de liberdade foram mais elevadas e que ajudou a criar os pressupostos à transição ao capitalismo, foi uma das grandes responsáveis pelo definhamento da planificação econômica e, conseqüentemente, da própria construção do socialismo na URSS. Nessa direção, a criação de bancos comerciais como consequência da alta liquidez proveniente da lei não foi suficiente para financiar o déficit público e, não obstante, enfraqueceu o controle da política monetária pela União.

As medidas econômicas mais incisivas durante a segunda fase da *perestroika* foram acompanhadas por transformações políticas (*glasnost*) e suas conseqüências foram cruciais para a dissolução da União Soviética. Sob o pretexto de que as transformações econômicas seriam indissociáveis das políticas, Gorbachev gradativamente tentou transferir a legitimidade do poder do Partido Comunista para o Estado supranacional. Ao dismantelar a estrutura pautada no Estado-partido mediante confrontos com a burocracia soviética, o ex-secretário-geral cimentou espaços à deslegitimação do PCUS – aglutinador das nacionalidades –, acentuando os movimentos nacionalistas que, com o tempo, tornaram-se anticomunistas. Conseqüentemente, houve a perda de controle sobre a política fiscal por parte da União e a “economia de comando” foi destruída sem que outra a substituísse.

Referências

GANBEGUIAN, A. G. *A revolução na economia soviética: a Perestroika*. Lisboa: Europa-América, 1987.

ALBUQUERQUE, C. Gorbachev as a Thinker: The Evolution of Gorbachev's Ideas in Soviet and Post-Soviet Times. *Karl Marx and Russia: pre-socialist, socialist and post-socialist experiences and visions*. São Paulo: USP, p. 75-102, 2019.

ALLEN, R. C. The Rise and Decline of the Soviet Economy. *The Canadian Journal of Economics/Revue Canadienne d'Économie*, v. 34, n. 4, p. 859-81, 2001.

ANDERSON, P. *Duas revoluções: Rússia e China*. São Paulo: Boitempo, 2018.

ARBEX JÚNIOR, J. *Revolução em três tempos*. São Paulo: Moderna, 1993.

BIRMAN, I. The Financial Crisis in the USSR. *Soviet Studies*, v. 32, n. 1, p. 84-105, 1980.

BROWN, A. *The Gorbachev Factor*. Nova Iorque: Oxford University Press, 1997.

BROWN, A. *Seven years that changed the world: perestroika in perspective*. Nova Iorque: Oxford University Press, 2007.

CANO, W. Notas sobre a crise da URSS. *Economia e Sociedade*, v. 9, n. 1, p. 203-210, 2000.

CARDANI, A. M. Recent Developments of the Economic Reform in the USSR. *Il Politico*, v. 56, n. 3, p. 443-71, 1991.

CLARKE, S. *The Development of Capitalism in Russia*. Londres: Routledge, 2007.

CIA. *Soviet Intensive Economic Development in Perspective*. Langley, 1986.

DUARTE, P. H. E.; MARTINS, F. M. S. De Lênin a Stalin: a consolidação do planejamento econômico na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, v. 21, n. 63, p. 165-199, 2022.

DUARTE, P. H. E.; MARTINS, F. M. S. Planejamento econômico na Guerra Fria: a economia soviética no período 1953-1989. *História Econômica & História de Empresas*, v. 27, n. 2, p. 449-83, 2024.

FREEMAN, C. The National System of Innovation in historical perspective. *Cambridge Journal of Economics*, n. 19, p. 5-24, 1995.

GALBRAITH, J. F.; MENSHIKOV, S. *Capitalismo, comunismo e coexistência: de um passado amargo a esperanças melhores*. São Paulo: Pioneira, 1988.

GEOHISTORY. *7 Facts about the April, 1991 Economic Crisis*, 2014. Disponível em: <<https://geohistory.today/7-facts-about-the-april-1991-economic-crisis/>>.

GOKHBERG, L. *R&D statistics in Russia: changes and challenges*. Rússia: Centre for Science, Research and Statistics, 1999.

GORBACHEV, M. *Perestroika: novas ideias para o meu país e o mundo*. São Paulo: Nova Cultural, 1987.

GORENDER, J. *O fim da URSS: origens e fracasso da perestroika*. São Paulo: Atual, 1992.

HANSON, P. *The rise and fall of the Soviet economy: an economic history of the USSR from 1945*. Nova Iorque: Routledge, 2014.

HARRISON, M. Soviet Economic Growth Since 1928: the Alternative Statistics of G.I. Khanin. *Europe-Asia Studies*, v. 45, n. 1, p. 141-67, 1993.

HOBSBAWN, E. *A era dos extremos: o breve século XX, 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

HUA, S. The Deng Reforms (1978-1992) and the Gorbachev Reforms (1985-1991) Revisited: A Political Discourse. *Problems of Post-Communism*, v. 53, n. 3, p. 3-16, 2006.

IMF. *A Study of the Soviet Economy. 3-volume set*. USA: International Monetary Fund, 1991.

ISLAM, N. Was the Gradual Approach Not Possible in the USSR? A Critique of the Sachs-Woo 'Impossibility Hypothesis'. *Comparative Economic Studies*. Palgrave Macmillan, v. 53, n. 1, p. 83-147, 2011.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (Ipeadata). *Dados macroeconômicos, regionais e sociais*. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br>>.

KIM, B.-Y. Causes of Repressed Inflation in the Soviet Consumer Market, 1965-1989: Retail Price Subsidies, the Siphoning Effect, and the Budget Deficit. *The Economic History Review*, v. 55, n. 1, p. 105-127, 1980.

KIRSANOV, R. G. Monetary Circulation in the Soviet Union during the Late 1980s and Early 1990s: In Search of a Way out of the Crisis. *Herald of the Russian Academy of Sciences*, v. 92, n. 8, p. S769-S776, 2022.

KORNAI, J. Resource-Constrained versus Demand-Constrained Systems. *Econometrica*, v. 47, n. 4, p. 801-819, 1979.

KRYLOV, N.; BOKSERMAN, A.; STAVROVSKY, E. *Oil Industry of the Former Soviet Union: Reserves, Extraction and Transportation*. CRC Press, 1998.

LANE, D. *Soviet society under Perestroika*. Londres: Taylor & Francis e-Library, 2002.

MADDISON, A. *Maddison Database 2010*, 2010. Disponível em: <<https://www.rug.nl/ggdc/historicaldevelopment/maddison/releases/maddison-database-2010>>.

MANDEL, E. *Socialismo x Mercado*. São Paulo: Ensaio, 1991.

MARTENS, L. *A URSS e a Contrarrevolução de Veludo*. [1991] 2018. Disponível em: <<https://www.novacultura.info/urss-contrarrevolucao-de-veludo>>.

MARTINS, F. M. S. *De Lênin a Gorbachev: o planejamento econômico na União Soviética*. Uberlândia: UFU, 2019 (Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Econômicas da UFU).

MAZAT, N. *Uma análise estrutural da vulnerabilidade externa econômica e geopolítica da Rússia*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2013 (Tese de Doutorado em Economia Política Internacional da UFRJ).

MAZZUCHELLI, F. *Os dias de sol: a trajetória do capitalismo no pós-guerra*. Campinas: Editora FACAMP, 2013.

MEDEIROS, C. A. A economia política da transição na Rússia. *Uma Longa Transição Vinte Anos de Transformações na Rússia*, v. 1, p. 13-39, 2011.

MEDEIROS, C. A. Desenvolvimento econômico e ascensão nacional: rupturas e transições na Rússia e na China. *O mito do colapso do poder americano*. Rio de Janeiro: Record, 2008.

MILLER, C. *The struggle to save the soviet economy: Mikhail Gorbachev and the collapse of the USSR*. Carolina do Norte: The University Of North Carolina Press, 2016.

NETTO, J. P. *Democracia e transição socialista: escritos de teoria e política*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.

NETTO, J. P. *Crise do socialismo e ofensiva neoliberal*. São Paulo: Cortez, 1995.

POMERANZ, L. O investimento estrangeiro na URSS. *RAE – Revista de Administração de Empresas*, v. 29, n. 3, p. 67-71, 1989.

POMERANZ, L. *Perestroika: Desafios da Transformação Social na URSS*. São Paulo: EDUSP, 1990.

POMERANZ, L. *Do socialismo soviético ao capitalismo russo*. Cotia: Ateliê Editorial, 2018.

POPOV, V. *Mixed fortunes: an economic history of China, Russia, and the West*. Nova Iorque: Oxford University Press, 2014.

PROMOUVELKA. *Pavlov exchange money. Reform of empty pockets. Cash reforms in the USSR*, 2020. Disponível em: <<https://promouvelka.ru/en/pavlov-obmen-deneg-reforma-pustyh-karmanov-denezhnye-reformy-v-sssr/>>.

REYNOLDS, D. B. Soviet Economic Decline: Did an Oil Crisis Cause the Transition in the Soviet Union? *The Journal of Energy and Development*, v. 24, n. 1, p. 65-82, 1998.

RODRIGUES, R. P. *O colapso da URSS: um estudo das causas*. São Paulo: USP, 2006 (Tese de Doutorado em História Econômica da USP).

ROLAND, G. The political economy of transition in the Soviet Union. *European Economy-Commission of the European Communities*, n. 49, p. 197-216, 1992.

SEGRILLO, A. *Os russos*. São Paulo: Editora Contexto, 2012.

SIMON, R. Passive revolution, perestroika, and the emergence of the new Russia. *Capital & Class*, p. 429-448, 2010.

SINELNIKOV, S. G. *Biudzhetni krizis v rossii, 1985-1995 gody* [*The budget crisis in Russia, 1985-1995*]. Moscou: Evraziia, 1995.

SMITH, A. *Russia and the World Economy: Problems of Integration*. Londres; Nova Iorque: Routledge, 1993.

UNIVERSITY, B. *Constituição Soviética de 1977*, 1996. Disponível em: <<http://www.departments.bucknell.edu/russian/const/1977toc.html>>.

VISENTINI, P. *O Golpe de Moscou de 19 de agosto de 1991 e o fim da URSS*, 2021. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/nerint/o-golpe-de-moscou-de-19-de-agosto-de-1991-e-o-fim-da-urss/>>.

VISENTINI, P. *Os paradoxos da Revolução Russa: ascensão e queda do socialismo soviético (1917-1991)*. Rio de Janeiro: Alta Books, 2017.

VISENTINI, P. *Por que o socialismo ruiu?: de Berlim a Moscou 1989-1991*. São Paulo: Edições 70, 2021.

VISENTINI, P. *A revolução soviética: o socialismo num só país*. São Paulo: Mercado Aberto, 1989.